


RESENHA DO LIVRO: POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO FÍSICA

BOOK REVIEW: PUBLIC POLICIES IN PHYSICAL EDUCATION

RESEÑA DE LIBRO: POLÍTICAS PÚBLICAS EN EDUCACIÓN FÍSICA

 <https://doi.org/10.56238/arev7n7-219>

Data de submissão: 03/03/2025

Data de publicação: 03/04/2025

Joyce Cristina Claro Menoti

Mestra em Educação

Instituição: Universidade Estadual de Maringá

E-mail: joyceclaro26@gmail.com

Vanessa Mota Andrade

Mestra em Educação Física

Instituição: Instituto Federal do Paraná

E-mail: vanessa.andrade.uem@gmail.com

João Paulo Melleiro Malagutti

Mestre em Educação Física

Instituição: Universidade Estadual de Maringá

E-mail: joaopaulomalagutti89@hotmail.com

Ieda Parra Barbosa-Rinaldi

Doutora em Educação Física

Instituição: Universidade Estadual de Maringá

E-mail: parrarinaldi@hotmail.com

RESUMO

O livro Políticas Públicas na Educação Física discute a importância de formar profissionais conscientes politicamente, destacando o papel das políticas públicas (PP) em esporte, lazer, saúde e educação. Escrito por Fernando Augusto Starepravo, Vânia de Fátima Matias de Souza e Fernanda Gimenez Milani, aborda aspectos históricos, conceituais e legais das PP no Brasil, enfatizando sua influência na atuação profissional da Educação Física (EF). Dividido em seis capítulos, trata de política, esporte, lazer, formação profissional e temas emergentes, como megaeventos esportivos e inclusão social. A obra, publicada em 2018 pela editora InterSaberes, utiliza linguagem acessível e recursos pedagógicos para estimular o estudo e a reflexão. Apesar de repetições em alguns temas, cumpre o objetivo de desmistificar a política e sua relevância na EF.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Educação Física. Atuação Profissional. Esporte. Lazer.

ABSTRACT

The book "Public Policies in Physical Education" discusses the importance of training politically aware professionals, highlighting the role of public policies (PP) in sports, leisure, health, and education. Written by Fernando Augusto Starepravo, Vânia de Fátima Matias de Souza, and Fernanda Gimenez Milani, it addresses historical, conceptual, and legal aspects of PP in Brazil, emphasizing their influence on the professional practice of Physical Education (PE). Divided into six chapters, it

addresses politics, sports, leisure, professional training, and emerging topics such as major sporting events and social inclusion. Published in 2018 by InterSaberes, the book uses accessible language and pedagogical resources to encourage study and reflection. Despite some repetitions in some themes, it achieves the goal of demystifying politics and its relevance in PE.

Keywords: Public Policies. Physical Education. Professional Practice. Sports. Leisure.

RESUMEN

El libro "Políticas Públicas en Educación Física" aborda la importancia de formar profesionales con conciencia política, destacando el papel de las políticas públicas (PP) en el deporte, el ocio, la salud y la educación. Escrito por Fernando Augusto Starepravo, Vânia de Fátima Matias de Souza y Fernanda Gimenez Milani, aborda aspectos históricos, conceptuales y legales de las PP en Brasil, destacando su influencia en la práctica profesional de la Educación Física (EF). Dividido en seis capítulos, aborda la política, el deporte, el ocio, la formación profesional y temas emergentes como los grandes eventos deportivos y la inclusión social. Publicado en 2018 por InterSaberes, el libro utiliza un lenguaje accesible y recursos pedagógicos para fomentar el estudio y la reflexión. A pesar de algunas repeticiones en algunos temas, logra desmitificar la política y su relevancia en la EF.

Palabras clave: Políticas Públicas. Educación Física. Práctica Profesional. Deportes. Ocio.

1 TEXTO INTEGRAL

Nos dias atuais a preocupação em formar um indivíduo consciente politicamente em todos os contextos da vida em sociedade, tem levado professores e estudantes da área de Educação Física (EF) a repensarem seu papel enquanto profissionais que devem planejar, promover e executar projetos educacionais, esportivos, de lazer e de saúde. Discutir política e conscientizar os profissionais de EF sobre a importância e a necessidade das políticas públicas (PP) nas diversas áreas de atuação deste profissional foi um dos objetivos dos autores do livro *Políticas Públicas na Educação Física*. Esta obra brasileira apresenta aspectos históricos, conceituais e legais, esclarecendo questões ainda mal definidas no Brasil, como a importância do esporte e lazer no cotidiano da sociedade, além de levar o indivíduo a refletir sobre o seu papel enquanto agente promotor e/ou executor de tais projetos e programas de PP.

Esta obra publicada em novembro de 2018, foi escrita em colaboração dos autores Fernando Augusto Starepravo, professor membro do Departamento de Educação Física da Universidade Estadual de Maringá (UEM) e do Programa de Pós-graduação Associado em Educação Física UEM-UEL, coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisa em Políticas Públicas de Esporte e Lazer (GEPPOL); Vânia de Fátima Matias de Souza, professora adjunta do Departamento de Educação Física da Universidade Estadual de Maringá e professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá, líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação, Educação Física e Políticas Educacionais (GEEFE); e Fernanda Gimenez Milani, mestra em Educação Física, trabalha com Políticas Públicas de Esporte e Lazer, professora do curso de Educação Física do Centro Universitário Ingá - Uningá.

O livro *Políticas Públicas na Educação Física* faz parte de uma série de livros - *Corpo em Movimento* - da editora InterSaberes, os quais propõem um formato de diálogo com o leitor através de recursos textuais e visuais de linguagem fácil. Todos os capítulos apresentam indicações culturais, sugestões de leituras, atividades auto avaliativas, além de atividades de aprendizagem e bibliografia comentada. Este modelo é proposto pela editora com a intenção de facilitar a compreensão do conteúdo e estimular a utilização dos seus livros como base de estudos em temas correlacionados.

De forma geral, o livro objetiva discutir as influências políticas nas diversas áreas de atuação da EF, com diferentes temas divididos em seis capítulos que tratam de definições e discussões a respeito das políticas, das PP relacionadas ao esporte, lazer e EF, além da atuação profissional e temas emergentes.

No capítulo um, intitulado “Para compreender a política”, escrito por Fernando Augusto Starepravo, o autor busca conscientizar o leitor sobre a constante presença da política em todos os

setores da vida cotidiana, destacando motivos que ao longo da história fizeram com que algumas pessoas tivessem aversão sobre assuntos políticos, sendo um dos exemplos citados, os casos de corrupção. A partir desta contextualização o autor apresenta variados conceitos sobre os termos “política”, “Estado”, “governo” e “políticas públicas” baseando-se em diferentes teóricos. Explica a diferença entre “políticas setoriais” e “políticas sociais”, além de enfatizar as diferenças metodológicas dos estudos científicos na área das PP entre o Brasil e países de língua inglesa.

Nesta questão, é relevante destacar a pluralidade de significados que a palavra “política” possui no vocabulário português, que pode gerar conflito em algumas discussões. O autor esclarece que na língua inglesa os termos polity, politics e policy referem-se às instituições políticas, aos processos políticos e aos conteúdos da política, respectivamente. A partir desta explicação, o autor apresenta alguns trabalhos brasileiros que se enquadram em cada um desses diferentes termos.

Em relação às metodologias utilizadas nos estudos sobre políticas no Brasil, Starepravo utilizou-se do modelo proposto por Frey (2009) para explicar a análise dos ciclos de PP, visto que neste modelo há a intenção de organizar os processos de forma didática e cronológica para facilitar a compreensão.

O autor encerra o capítulo apresentando a importante relação da política com a EF, apontando os fatos da sua inclusão enquanto componente curricular nas escolas (processo histórico); o investimento de recursos públicos para o desenvolvimento do esporte nacional (projetos e bolsas); o incentivo às práticas de lazer (originadas por leis trabalhistas); a promoção de projetos voltados à saúde pública (como as academias ao ar livre); entre tantos outros.

O capítulo em si reforça a necessidade da discussão e compreensão da atividade política, bem como a importância em compreendê-la enquanto um processo norteador na vida social (Cortella; Ribeiro, 2010). Exclusivamente sob o viés da realidade da Educação Física, a política pode se inserir nas relações de trabalho e no seu processo de formação enquanto futuro profissional, uma vez que as políticas de esporte e lazer têm como força de atuação, profissionais formados desta área (Veronez, 2005; Almeida, Coakley, Marchi, Starepravo, 2012; Canan, Santos; Starepravo 2017).

No capítulo dois, “Esporte e políticas públicas no Brasil” também escrito por Fernando Augusto Starepravo, as discussões sobre o esporte já começam na introdução, a respeito de sua melhor definição, sendo adotado por fim, a definição apresentada na Resolução n. 326, de 10 de outubro de 2016 do Conselho Federal de Educação Física (CONFEF, 2016). O autor cita que historicamente no Brasil, o esporte ou o desporto recebeu diferentes significados e sentidos, por influência da ação do Estado. Para explicar esse interesse do Estado em relação ao esporte, o autor apresenta dados

históricos, desde a gênese do esporte no Brasil no final do século XIX, até o governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011).

Nesta linha histórica é relevante destacar que no Brasil o esporte teve início com a elite que buscava na Europa referenciais sociais. Com o aumento da popularidade dos esportes, lentamente o Estado passou a controlar as demandas de clubes esportivos, até que em 1930 durante o Estado Novo, este controle absoluto de todos os setores sociais passou a ser do Estado. Neste período, o esporte foi utilizado como meio de centralizar o poder a fim de formar uma identidade nacional. Pequenas mudanças aconteceram no setor do esporte até a publicação da Constituição Federal Brasileira em 1988, a qual passou a responsabilizar o Estado como fomentador das práticas esportivas formais e não formais como direito de todo cidadão. A partir deste momento, o esporte educacional ganha espaço nas PP, devendo este ser priorizado em relação ao esporte de alto rendimento.

O autor destaca ainda os aspectos históricos mais importantes, evidenciando a proeminência do Esporte nas ações políticas após a promulgação da Constituição Federal de 1988, transitando como uma Secretaria específica, até a criação de um Ministério específico. O autor ainda apresenta a utilização de figuras notórias do futebol em papéis de comando (ex-jogador Zico) ou de utilização nominal em leis específicas do esporte nacional, como o caso do jogador Pelé na Lei nº 9.615 de 1998 (Brasil, 1998) que leva seu nome, mas que mesmo cerceada de críticas, ainda se configura como referência legal ao esporte no Brasil.

Seguindo a linha cronológica, no subtítulo intitulado “Políticas Públicas de esporte no Brasil do século XXI”, o autor faz referência ao período do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011), no qual, pela primeira vez na história foi criado o Ministério do Esporte. Nesta sessão do capítulo são apresentadas as três secretarias específicas para planejar e executar as PP visando atender cada manifestação esportiva reconhecida pela Constituição Federal de 1988, esporte escolar, esporte de participação e esporte de alto rendimento, respectivamente por ordem de importância de acordo com o texto original. E, por fim, evidencia algumas das principais políticas desenvolvidas pelo então Ministério como: Programa Segundo Tempo (PST), Bolsa Atleta, a organização de grandes eventos esportivos e o Programa Esporte e Lazer na Cidade (PELC).

Após apontar todos estes aspectos, o autor destaca o perfil do profissional de EF que deveria assumir esses cargos responsáveis por pensar PP relacionadas ao esporte e a EF. É destacado que cargos de gerência, cargos técnicos, secretarias e ministérios precisam de profissionais capacitados e motivados a repensar as PP esportivas no Brasil.

O referido capítulo apresenta importantes elementos passíveis de discussão. É notória a relação próxima entre o esporte e o Estado brasileiro (Linhaes, 1996, 1998, Mezzadri, 2000) evidenciando-se

assim a relação de dependência entre esporte e o financiamento público (Matias, 2014; Castro, Scarpin, Souza, 2019). Outro ponto de análise, seria o destaque político à figura do esporte, e como dependendo do governo da época, ganha-se mais ou menos força, uma vez que na gestão do Presidente Jair Messias Bolsonaro, o Ministério do Esporte foi extinto, sendo contemplado atualmente como uma Secretaria do Ministério da Cidadania (Castellani Filho, 2019).

O capítulo três “Lazer e políticas públicas no Brasil”, com autoria de Fernando Augusto Starepravo, inicia-se com a apresentação da concepção moderna do lazer baseado nas dimensões do tempo livre, satisfação e prazer. O autor ressalta que recentemente debates sobre esta temática tem incluído o consumo como atividade de lazer.

O autor apresenta dados que evidenciam a baixa participação de pessoas e de programas/políticas de atividades culturais e de atividades físicas, demonstrando assim a necessidade do desenvolvimento ou de reorganização das PP voltadas ao lazer. Aborda ainda aspectos históricos de organização de estruturas específicas de atividades de lazer para a população brasileira, apontando seus benefícios para os trabalhadores, mas também suas limitações, voltadas apenas para trabalhadores com carteira assinada.

Outro fator de destaque condiz com seu desenvolvimento histórico, enfatizando o movimento Esporte para Todos como principal política pública durante a década de 1970 e a discussão sobre as reais intenções de sua utilização pela população e a criação de uma secretaria exclusiva para a execução de programas voltados ao Lazer, inserida no Ministério do Esporte.

O capítulo é finalizado com destaque ao perfil profissional necessário para quem pretende trabalhar com as PP voltadas ao lazer, devendo este ter responsabilidades pedagógicas e políticas para promover o desenvolvimento social e educacional para o lazer.

O destaque dado ao lazer como um elemento importante para o desenvolvimento de PP pode nos levar há algumas discussões. De acordo com Lopes, Santos e Isayama (2016), houve a intenção estatal de uso do lazer para a diminuição das relações de trabalho, sendo este um direito ofertado e não adquirido enquanto uma pauta comum dos trabalhadores. Outro fator de discussão condiz com o tratamento diverso em que Esporte e Lazer recebem do poder público no desenvolvimento de PP (Ungheri, Gomes, Silva, Isayama, 2018). Para Castellani Filho (2007) e Capi (2016), as propostas de políticas sociais para o lazer devem ter como obrigatoriedade e intencionalidade ações que visam democratizar o acesso dos brasileiros à espaços e atividades de lazer.

No capítulo 4, denominado “Educação Física e Política”, a autora Vânia de Fátima Matias de Souza salienta a importância de estudar as políticas relacionadas à EF e seus impactos nos campos de atuação profissional. Explica que as ações educativas são influenciadas pela sociedade, assim como

outros espaços de intervenção profissional, sendo imprescindível entender conceitos e estruturas das PP.

Na composição das discussões, a autora traz uma retrospectiva histórica sobre a EF demarcada por ações e fatos ligados à construção ideológica e política da sociedade brasileira de cada época. Em seguida, apresenta alguns marcos legislativos para as PP que influenciaram a área até a sua regulamentação e os reflexos na ação curricular.

Porém, o foco principal de análise deste capítulo foca-se na separação curricular entre Licenciatura e Bacharelado nos cursos superiores de Educação Física. A autora evidencia diversas críticas à divisão curricular: as favoráveis entendendo a licenciatura como formação generalista e bacharelado como formação específica, e as contrárias argumentavam sobre a fragmentação do processo formativo e da atuação profissional. Para a autora, a resolução ao mesmo tempo que ampliou áreas de atuação, diminuiu espaços de atuação do profissional habilitado em licenciatura.

A divisão curricular nos cursos de Educação Física (Licenciatura/Bacharelado) é constantemente alvo de discussões na área (Nozaki, 2004; Taffarel, Lacks, Santos, 2006; Both, 2012; Morschbacher, 2013; Souza, Fuchs, Ramos, 2014; Iora, Souza, Prietto, 2017; Carvalho et al., 2021). Atualmente, com a nova reestruturação curricular dos cursos superiores de Educação Física por meio da Resolução CNE/CES Nº 6, de 18 de dezembro de 2018 (Brasil, 2018), a discussão curricular novamente entrou em destaque no cenário político/educacional na área demonstrando, assim, a importância em apresentar elementos históricos de tal movimentação constante na consolidação da EF enquanto uma área científica e profissional.

Por fim, aponta a importância da pós-graduação no processo de construção da identidade profissional e ação docente, para isso, tece críticas sobre a lógica de avaliação dos programas de pós-graduação que privilegiam a produtividade em detrimento da qualidade da pesquisa, refletindo num desequilíbrio entre os campos de atuação.

O capítulo 5, intitulado “Educação Física, política e atuação profissional” escrito por Fernanda Gimenez Milani, Fernando Augusto Starepravo e Vânia de Fátima Matias de Souza, discute os impactos que as PP exercem nos variados campos de intervenção profissional da EF.

Dentre os campos profissionais mencionados, são evidenciados o campo escolar, o campo da saúde e o campo privado, estabelecendo uma relação com o capítulo anterior e a divisão curricular de acordo com a atuação profissional de EF não apenas no meio escolar, mas como em outras áreas de intervenção profissional. No primeiro campo de atuação, o escolar, os autores evidenciam as variadas abordagens pedagógicas utilizadas no ensino da EF.

No campo da saúde, evidenciam as PP que englobam os fatores de prevenção e promoção da saúde, tendo como principal objetivo a melhora na qualidade de vida, foco atual de ações envolvendo recuperação física e promoção da saúde, buscando a melhoria da qualidade de vida, a conscientização da prática de atividades físicas e o encorajamento para a participação na elaboração de PP. Como principais destaques, os autores evidenciam o Sistema Único de Saúde (SUS) abordando seu desenvolvimento histórico, bem como sua importância para a sociedade brasileira destacando os principais programas e ações do SUS relacionados com o campo de atuação do profissional de EF, como o Serviço de Atenção Básica, compondo as equipes do Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF) e as Academias ao Ar Livre.

Por fim, mas não menos importante, o Campo Privado, atua na intervenção de demandas as quais o Estado não consegue atender. Porém, a iniciativa privada não está alheia às PP, haja vista que as academias particulares e outros espaços de atuação têm seus serviços regulados pelos órgãos estatais.

Ao profissional de educação física é possibilitado uma ampla gama de possibilidades de atuação profissional (Barros, Mazzei, 2012; Bastos, Mazzei, 2020). O capítulo apresenta importantes reflexões sobre a atuação dos profissionais de EF em situações envolvendo a agenda estatal por meio das PP voltadas ao esporte e lazer. Como destaque é possível verificar a relação do esporte e lazer com outras áreas de atuação, como a educacional e a saúde, apontando assim a importância nos diversos cargos disponíveis para os profissionais de educação física e necessidade de um curso estruturado para atender tais demandas.

O capítulo final é intitulado “Temas emergentes nas políticas de esporte, lazer e educação física” com autoria de Fernanda Gimenez Milani e Fernando Augusto Starepravo que visa discutir temas relevantes e emergentes correlacionados às PP de esporte e lazer.

Inicialmente, apresentam o interesse das pesquisas sobre os Megaeventos Esportivos realizados em território nacional e as relações com as discussões envolvendo questões orçamentárias e de governança. Logo em seguida, apontam que a participação política popular direta e a influência no processo de formulação e a implementação de PP, via democracia representativa e via democracia direta. Na sequência, apresentam as principais funções do Conselho de Esporte e Lazer, mas justificam as Conferências Nacionais de Esportes (CNE) como mecanismos de participação popular mais abrangente e menos diretos, haja vista as extensas etapas municipais e regionais.

Os autores finalizam o capítulo com a discussão sobre as PP de esporte e lazer como justificativa dos discursos de inclusão social, os quais, ao mesmo tempo que dão visibilidade e

intensificam a participação do poder público para efetivação dessas PP, reduzem o esporte e o lazer aos preceitos inclusivos.

O Capítulo final aborda temas atuais ou que futuramente possam entrar na agenda das PP de esporte e lazer, traz como elemento importante o destaque no aumento do interesse de estudos envolvendo a temática, bem como a discussão e maior participação popular nas decisões políticas e sua influência nas decisões do Estado (Dupas, 2005; Silva, Beghin, Jaccoud, 2009; Silva, 2016).

Com a leitura da obra é possível entender os interesses por detrás da visão estereotipada de que política é a personificação do político ou que para saber e discutir política é preciso ter formação na área. Para isso, os autores utilizaram linguagem de simples leitura e interpretação, relacionaram os temas e discussões com dados legislativos e históricos, além de demandarem cuidado em explicar, com riqueza de detalhes, termos próprios das PP.

As indicações culturais são um convite à imersão das discussões realizadas em cada capítulo, as atividades auto avaliativas motivam a testar os conhecimentos adquiridos na leitura e a bibliografia comentada estimula a leitura das obras referenciadas. Dessa forma, a obra se traduz em um importante instrumento que auxilia na formação de estudantes e profissionais de EF, apresentando conteúdo introdutório, para discussões mais aprofundadas.

Por se tratar de uma obra escrita por vários autores, nota-se diferenças de escrita entre os capítulos, os quais, quando lidos de forma unitária, suas informações históricas e legislativas são apresentadas com detalhes que qualificam o texto. Porém, quando lida em sua totalidade, muitos assuntos se repetem entre os capítulos e, às vezes, até mesmo no próprio capítulo devido as retrospectivas históricas que são apresentadas em cada contexto. Frente a riqueza de temas correlatos às PP e EF, os autores optaram por apresentar uma gama extensa de assuntos a serem discutidos na obra, entretanto, alguns deles necessitam de um aprofundamento maior, haja vista que foram mencionados, porém, não foram explorados em sua complexidade.

A partir do exposto, concluímos que o livro não se encaixa nos padrões dos exemplares envolvendo a literatura sobre políticas públicas de esporte e lazer e/ou EF. Publicações recentes em tal campo de estudo publicados em livros correspondem à coletâneas de estudos de casos e/ou ensaios de diferentes autores as quais apresentam resultados de pesquisa específicas.

A partir da leitura integral e apreciação da obra, é possível concluir que o livro alcançou seu objetivo em desmistificar a temática da política como um assunto de difícil compreensão e discussão, ao apresentar e exemplificar no cotidiano, em quais setores e em quais espaços elas estão presentes na EF, como impactam nossas vidas de modo direto e indireto e como, enquanto cidadãos numa sociedade democrática, temos a responsabilidade e a urgência em intervir na construção e efetivação das PP.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, B. S.; COAKLEY, J.; MARCHI, W., JR.; STAREPRAVO, F. A. Federal government funding and sport: the case of Brazil, 2004–2009. *International Journal of Sport Policy and Politics*, v. 4, n. 3, p. 411-426, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/19406940.2012.735687>. Acesso em: 24 mar. 2023.
- BARROS, J. A. F.; MAZZEI, L. C. Gestão de clubes esportivos. In: BASTOS, F. da C.; MAZZEI, L. C. (org.). *Gestão do esporte no Brasil: desafios e perspectivas*. 1. ed. São Paulo: Ícone, 2012. p. 15-29.
- BASTOS, F. da C.; MAZZEI, L. C. Organizações esportivas no Brasil: conceitos e (des)entendimentos – proposta de modelo teórico unificado para o Brasil. *Revista de Gestão e Negócios do Esporte*, v. 5, n. 2, p. 55-81, 2020. Disponível em: <http://revistagestaodoesporte.com.br/mod/page/view.php?id=128>. Acesso em: 24 mar. 2023.
- BOTH, V. J. Crise estrutural do capital, mudanças no mundo do trabalho e suas mediações na Educação Física. *Motrivivência*, v. 23, n. 36, p. 45-62, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/2175-8042.2011v23n36p45>. Acesso em: 24 mar. 2023.
- BRASIL. Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998. Institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 25 mar. 1998. Seção 1, p. 1. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19615consol.htm. Acesso em: 24 mar. 2023.
- BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CES nº 6, de 18 de dezembro de 2018. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) do curso de graduação em Educação Física. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 19 dez. 2018. Seção 1, p. 48. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/55877795. Acesso em: 24 mar. 2023.
- CANAN, F.; SANTOS, L. L. S. R.; STAREPRAVO, F. A. Panorama geral sobre políticas de esporte no Brasil. *Caderno de Educação Física e Esporte*, v. 15, n. 1, p. 15-27, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.36453/2318-5104.2017.v15.n1.p15>. Acesso em: 24 mar. 2023.
- CAPÍ, A. H. C. Uma análise sobre a trajetória e a formação de formadores do Programa Esporte e Lazer da Cidade (Pelc). 2016. Tese (Doutorado em Estudos do Lazer) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/EEFF-BB6FMF>. Acesso em: 24 mar. 2023.
- CARVALHO, M. J.; BAVARESCO, G.; OLIVEIRA, E.; SOUSA, M.; PAIPE, G.; BOSCH, C. A regulamentação da profissão de Educação Física para uma categoria profissional: o caso de Minas Gerais. *Revista Intercontinental de Gestão Desportiva*, v. 11, n. 2, p. 1-13, 2021. Disponível em: <http://www.revista.universo.edu.br/index.php?journal=gestaoesportiva&page=article&op=view&path%5B%5D=9052>. Acesso em: 24 mar. 2023.
- CASTELLANI FILHO, L. *Gestão pública e política de lazer: a formação de agentes sociais*. 1. ed. Campinas: Autores Associados, 2007.

CASTELLANI FILHO, L. A política esportiva brasileira: de ‘política de estado’ ao ‘estado da política’. *Motrivivência*, v. 31, n. 60, p. 1-18, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/2175-8042.2019e67325>. Acesso em: 24 mar. 2023.

CASTRO, S. B. E.; SCARPIN, J. E.; SOUZA, D. L. de. Ciclo orçamentário e prioridades das políticas federais para o esporte e lazer no Brasil (2004-2011). *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*, v. 33, n. 4, p. 531-549, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/1807-5509201900040531>. Acesso em: 24 mar. 2023.

CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA – CONFEF. Resolução nº 326, de 10 de outubro de 2016. Dispõe sobre especialidade profissional em Educação Física na área do esporte. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 11 nov. 2016. Seção 1. Disponível em: <https://www.confef.org.br/confef/resolucoes/res-pdf/326.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2023.

CORTELLA, M. S.; RIBEIRO, R. J. *Política: para não ser idiota*. 1. ed. Campinas: Papirus, 2010.

DUPAS, G. Tensões contemporâneas entre o público e o privado. *Cadernos de Pesquisa*, v. 35, n. 124, p. 33-42, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0100-15742005000100003>. Acesso em: 24 mar. 2023.

FREY, K. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. *Planejamento e Políticas Públicas*, v. 21, 2009. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/89>. Acesso em: 24 mar. 2023.

IORA, J. A.; SOUZA, M. da S.; PRIETTO, A. L. A divisão licenciatura/bacharelado no curso de educação física: o olhar dos egressos. *Movimento*, v. 23, n. 2, p. 461-474, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.22456/1982-8918.63979>. Acesso em: 24 mar. 2023.

LINHALES, M. A. A trajetória política do esporte no Brasil: interesses envolvidos, setores excluídos. 1996. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1996. Disponível em: http://ppgcp.fafich.ufmg.br/diss_defesas_detalhes.php?aluno=149. Acesso em: 24 mar. 2023.

LINHALES, M. A. São as políticas públicas para a educação física/esportes e lazer, efetivamente políticas sociais? *Motrivivência*, v. 11, p. 71-81, 1998. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/%25x>. Acesso em: 24 mar. 2023.

LOPES, T. B.; SANTOS, D. de C. S. dos; ISAYAMA, H. F. Reflexões sobre a política social e a política de lazer no Brasil. *LICERE - Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer*, v. 19, n. 3, p. 332-362, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.35699/1981-3171.2016.1297>. Acesso em: 24 mar. 2023.

MATIAS, W. Política social de esporte e lazer no governo Lula: o Programa Esporte e Lazer da Cidade. *SER Social*, v. 16, n. 34, p. 134, 2014. Disponível em: https://doi.org/10.26512/ser_social.v16i34.13073. Acesso em: 24 mar. 2023.

MEZZADRI, F. M. A estrutura esportiva no Estado do Paraná: da formação dos clubes esportivos às atuais políticas governamentais. 2000. Tese (Doutorado em Educação Física) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/275394>. Acesso em: 24 mar. 2023.

MORSCHBACHER, M. Reformas curriculares e a formação do (novo) trabalhador em Educação Física: a subsunção da formação à lógica privada/mercantil. *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, v. 4, n. 1, p. 230, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.9771/gmed.v4i1.9414>. Acesso em: 24 mar. 2023.

NOZAKI, H. T. Educação Física e reordenamento no mundo do trabalho: mediações da regulamentação da profissão. 2004. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/20965>. Acesso em: 24 mar. 2023.

SILVA, F. A. B. da; BEGHIN, N.; JACCOUD, L. Políticas sociais no Brasil: participação social, conselhos e parcerias. In: JACCOUD, L. (org.). *Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo*. 2. ed. Brasília: IPEA, 2009. p. 373-407.

SILVA, F. A. B. da. Direitos humanos, patrimônio cultural e políticas públicas. In: SOARES, I. V. P.; CUREAU, S. (org.). *Bens culturais e direitos humanos*. 1. ed. São Paulo: SESC, 2016. p. 73-104.

SOUZA, M. da S.; FUCHS, M. M.; RAMOS, F. K. Diretrizes curriculares nacionais e o processo de formação de professores em educação física: análise a partir da legalidade, conhecimento e mundo/mercado de trabalho. *Motrivivência*, v. 26, n. 43, p. 17-29, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/2175-8042.2014v26n43p17>. Acesso em: 24 mar. 2023.

TAFFAREL, C. Z.; LACKS, S.; SANTOS, C. L., JR. Formação de professores de Educação Física: estratégia e táticas. *Motrivivência*, v. 18, n. 26, p. 89-111, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/%25x>. Acesso em: 24 mar. 2023.

UNGHERI, B. O.; GOMES, C. L.; SILVA, L. P.; ISAYAMA, H. F. Inserção do lazer e do esporte na agenda pública brasileira: limitações, desafios e possibilidades. In: SOARES, M.; ISAYAMA, H. F.; PINTOS, A. E. (org.). *Monitorando e avaliando políticas de esporte e lazer no Brasil: a experiência dos programas Esporte e Lazer da Cidade (Pelc) e Vida Saudável (VS)*. Campinas: Autores Associados, 2018. p. 9-30.

VERONEZ, L. F. C. Quando o Estado joga a favor do privado: as políticas de esporte após a Constituição Federal de 1988. 2005. Tese (Doutorado em Educação Física) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/Busca/Download?codigoArquivo=470351>. Acesso em: 24 mar. 2023.